

PRESERVAÇÃO VERSUS DESTRUIÇÃO: o caso do Centro Antigo de São Luís-MA

JOÃO RICARDO COSTA SILVA*

1. Introdução

Durante o século XIX, a produção agrícola, apesar de seu ritmo inconstante devido à sua dependência do mercado externo e contradições internas, trouxe ao Estado do Maranhão uma relativa estabilidade econômica, propiciando a instauração de um modo de vida mais requintado.

Portanto, no início do século XX, da cidade colonial portuguesa das primeiras décadas do século XVII restam o traçado urbano do núcleo original e a permanência de alguns usos (o mercado, as praças, habitações). A esses elementos agrega-se a arquitetura tradicional luso-brasileira construída no século XIX, com seu padrão de ocupação dos lotes e suas tipologias, como elemento característico da paisagem urbana ludovicense. (LOPES, 2004: 30).

Entretanto, o sistema agro-exportador chega ao início do século XX debilitado. A quebra deste modelo produtivo foi o grande responsável pela saída de São Luís do seletivo grupo das principais cidades a nível nacional.

São Luís, que Spix e Martius, no advento da independência, haviam reconhecido ser a quarta cidade do Império em importância, como dissemos, acabaria, nestes últimos anos, por ser excluída, nos compêndios de Geografia do Brasil, do número de cidades principais (MEIRELES, 1980: 348).

Se São Luís herdou do século XIX, no campo intelectual o honroso epíteto de Atenas Brasileira² devido ao destaque alcançado a nível nacional de inúmeros intelectuais³. No campo arquitetônico, a herança foi um conjunto de edificações em estilo tradicional português, que

* Doutorando em Ciências Sociais-UFMA. Analista de Planejamento do IBGE. Agência financiadora: CAPES-FAPEMA

² Expressão vastamente utilizada durante o século XIX e largamente difundida em todo o século XX, quando a idéia de decadência cultural começa a ser mais bem visualizada por quem defendia a idéia de “Atenas Brasileira” (BORRALHO, 2000: 40).

³ Neste contexto se desenvolveu um destacado grupo de poetas, jornalistas, romancistas, teatrólogos, biógrafos, historiadores, tradutores, matemáticos e tantos outros intelectuais, que proporcionaram a São Luís o codinome de “Atenas Brasileira” (BORRALHO, 2000: 69).

2

denotavam a imponência de um período de prosperidade material, com os casarões e suas fachadas revestidas em azulejos.

No início do século XX, da cidade colonial portuguesa das primeiras décadas do século XVII restam o traçado urbano do núcleo original e a permanência de alguns usos: o mercado, as praças, habitações. A esses elementos, agrega-se a arquitetura em estilo barroco pombalino, construída no século XIX, com seu padrão de ocupação dos lotes e suas tipologias, como elemento característico da paisagem urbana ludovicense (LOPES, 2008: 24).

Entretanto, a base econômica responsável pela possibilidade do surgimento e manutenção desses pomposos títulos, desmoronou ao final do século XIX. A reformulação sócio-econômica ocorrida após a libertação dos escravos cravou uma estada no coração de uma economia de moldes ainda bastante rudimentar e dependente maciçamente do trabalho escravo. A Província que durante o período imperial detinha prestígio a nível nacional devido à sua economia, iniciava o período republicano com pouca expressão nacional e mesmo regional.

O Estado do Maranhão de momentos áureos no decorrer do século anterior iniciou o século XX com graves problemas econômicos. Em consonância ao exposto, aludem-se as palavras de Meireles.

O desequilíbrio econômico, conseqüente da Abolição, província escravocrata e agrícola que era o Maranhão, refletir-se-ia com efeitos desastrosos sobre toda a sua vida, política, econômica e cultural; e o estado federado não se poderia manter no nível de projeção em que, em qualquer desses campos, se pudera salientar durante o Império, entrando, não há como negá-lo, em marcha de decadência [...] (1980: 348).

A *débâcle* da agricultura que se verificava desde o findar do império perdurou durante o início da república. Se o sistema agro-exportador se exauria, o findar do século XIX, trazia como novidade a implantação de um parque fabril.

Se o final do século XIX caracterizou-se pela gradativa diminuição das exportações de matéria prima, principalmente do algodão, teve início o aparecimento das primeiras indústrias, trazendo repercussões espaciais na ocupação do solo urbano, pois representou a expansão da malha urbana existente para o interior da Ilha de São Luís, cuja ocupação se restringia até então ao Centro Histórico e suas imediações. A implantação das primeiras indústrias têxteis e o surgimento de infra-estrutura e serviços urbanos, como a criação da Companhia de Águas e da Companhia Telefônica, evidenciou um processo de crescimento, revelando a aplicação de recursos financeiros por parte do recém surgido empresariado, classe composta por antigos agricultores que naquele momento passaram a trocar não só seus investimentos como também suas residências do interior do estado pelas da Capital (ESPÍRITO SANTO, 2006: 76).

A decadência econômica ocorrida com a quebra do modelo agro-exportador, na qual enveredou o Maranhão, não tardou em deixar suas marcas indelévels em São Luís. A partir do segundo quartel do século XX, o tecido urbano do Centro Antigo, foi se degradando através do binômio: saída das famílias abastadas e decréscimo do comércio.

Na década de 1920, a cidade possuía uma população de cinquenta mil habitantes, dispersa em diversos bairros fora do perímetro do centro, com a expansão para o Anil⁴.

Inicia-se então o declínio de parte do centro antigo da cidade com o abandono de muitos casarões, ocupação por pessoas da camada mais baixa da população e pelo início de um processo de arruinamento latente de diversas construções do tecido urbano da referida área.

Durante algumas décadas, parte do centro antigo passou a ser observado como um local pouco aprazível e de marcante utilização de pessoas oriundas das camadas menos favorecidas da sociedade. Ocorrendo um deslocamento das pessoas de renda elevada, “[...] a população de renda mais alta instalada até então na área da Praia Grande se deslocou para o bairro Monte Castelo, especificamente ao longo da Avenida Getúlio Vargas e fora dos tradicionais limites do Centro Histórico” (ESPÍRITO SANTO, 2006: 77). No mesmo sentido de análise:

Nos anos 30, o núcleo primitivo da cidade, com seu porto comercial, já não é lugar “saudável” para famílias abastadas, que se transferem, com a substituição de antigos casarões por edificações novas, para os bangalôs, as quintas e chácaras, residências que cumpriam as exigências da legislação sanitária em vigor (LOPES, 2008: 27).

A situação econômica durante as décadas de 1930 e 1940, com a não recuperação do modelo agro-exportador e somando-se a um arrefecimento da expansão do parque fabril, são fatores que influenciam uma nova reordenação da ocupação urbana da cidade, através da diminuição do uso residencial no centro antigo da cidade, principalmente por setores de maior renda.

⁴ Cabe se ressaltar no tocante ao declínio na área do centro antigo, que o mesmo não se apresenta de maneira uniforme. Como bem demonstra o vigoroso comércio que vai se afirmando na Rua Grande e adjacências. José Henrique de Paula Borrvalho ao citar trabalho da historiadora Regina Faria, corrobora com a visão de que não se pode afirmar ter havido uma decadência generalizada devido à quebra da economia agrícola do Estado. “Regina Faria acrescenta que mesmo com a crise da exportação, houve um certo dinamismo do setor comercial” (2000: 49).

2. O remodelamento urbanístico

Apesar da situação enfrentada pelos casarões de arquitetura tradicional portuguesa nas primeiras décadas do século XX para a sua manutenção física, devido aos fatores mencionados neste capítulo, o centro antigo de São Luís, até então, mantinha-se quase inalterado ao que havia sido legado das centúrias anteriores.

O conjunto arquitetônico construído ao longo dos séculos XVIII e XIX não sofrera grandes alterações, apesar da implementação, na década de 1920, de uma lei municipal que exigia a construção de platibandas nas edificações, que impôs algumas modificações no aspecto colonial (IPHAN, 2007: 59).

Entretanto, o século XX traria dificuldades para a manutenção física da arquitetura tradicional portuguesa que passou a ser duramente criticada. Sua tipologia urbanística passa a ser considerada inadequada aos padrões de higienização construídos pelo saber médico. “O plano de extensão da cidade e do alargamento de suas ruas são necessidades exigidas pela hygiene, pela esthetica e pelos interesses comerciais” (CANTANHEDE, 1902: 134).

O discurso sanitarista que no período tem grande força, como demonstram diversas intervenções urbanísticas ocorridas em diversas cidades do país, legitimadas pela necessidade de profilaxia dos ambientes considerados insalubres e provocadores de males.

O saber médico toma a cidade por objeto, seja na atuação e nas memórias de viagem dos higienistas de São Paulo, Victor Godinho e Adolpho Lindenberg ou, ainda, nos artigos que Justo Jansen Ferreira publica no Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), sobre ‘o saneamento do Maranhão’ (1921), artigos reproduzidos pela imprensa oficial local (LOPES, 2004: 43).

A arquitetura tradicional portuguesa que foi a guarida para morada e o trabalho de milhares de pessoas durante mais de dois séculos, tem sua credibilidade como construção salubre questionada pelas novas tendências da medicina sanitarista. A passagem pela cidade de médicos que relatam de forma negativa as moradias coloniais colabora para a formação de um discurso negativo contra a tipologia urbanística do centro antigo da cidade.

5

Estreitas, algumas de suas ruas mal permitem a entrada do sol nas casas, que delle tanto precisam no tempo das chuvas. Este mal é ainda agravado pelo grande numero de sobrados, alguns de tres e quatro andares, verdadeiros caixões de pedra e cal, dominando às vezes ruas inteiras e transformando-as em simples corredores. (GODINHO; LINDENBERG. Apud: Lopes, 2004: p. 43).

O surgimento deste discurso sanitaria em São Luís ganhava força com a legitimação que dispunha a medicina no período. Com base no afirmado pelas autoridades sanitárias se institucionalizava o ideário dos higienistas com a guarida do poder público local.

O fato é que as ideias sanitaristas conseguiram se institucionalizar – na reorganização sucessiva do Serviço Sanitário do Estado, em 1901, 1904 e 1916, na organização de um Serviço Sanitário Municipal (1922), no Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural (1922), no Serviço de Sanidade Escolar (1930), e no Serviço de Salubridade das Edificações (1936) – atualizando-se com certa frequência (LOPES, 2004: 44).

Na esteira de institucionalização das ações sanitaristas, foram planejadas intervenções no conjunto urbano do centro da cidade no intuito de adaptá-lo às condições de salubridade requeridas pelos métodos sanitaristas vigentes.

Além da questão sanitaria, a partir da década de 1930, começa a se tornar perceptíveis vozes que vociferavam de forma fulminante contra o conjunto arquitetônico colonial e suas deficiências às novidades do progresso.

[...] a nomeação de Paulo Martins de Souza Ramos em 1936, como interventor federal para o Maranhão, fez com que esse conjunto arquitetônico e urbanístico, que até então estivera preservado praticamente intacto, passasse a ser visto como prova do atraso econômico, social e cultural da cidade. A busca do progresso, que se afinava com os novos valores que guiavam o país naquele momento, começava a ameaçar as construções antigas. Tais concepções incluíam uma visão de desenvolvimento urbano que se chocava com a manutenção de construções antigas. Desta maneira, a arquitetura representativa dos séculos XVIII e XIX passou a ser vista como um sinal de atraso e um empecilho para a evolução urbana da cidade (IPHAN, 2007: 59).

Assim, somava-se ao discurso sanitaria o da necessidade do progresso. A vontade de se modificar a paisagem urbanística encontrava como fundamento legal em uma lei de 1927 e

6

tinha como alegação a necessidade de se preparar a cidade para o progresso advindo com as novas tecnologias disponíveis na época.

O período imediatamente anterior à Revolução de 30 é caracterizado pela qualificação dos serviços públicos, o que estava fundamentado na Lei Orgânica dos Municípios, aprovada em 1927, nas operações de remodelação de prédios públicos e na política de melhoramentos urbanos. O objetivo dos melhoramentos urbanos era dotar a cidade de infra-estrutura viária e de espaços públicos adequados às novas tecnologias de transporte, os automóveis, de serviço – energia elétrica – e de construção, com o uso de cimento e concreto armado, com a transformação parcial, das condições das estruturas existentes (LOPES, 2008: 27-28).

O discurso do progresso da cidade criou uma vinculação entre a necessidade de reformas urbanísticas para que a urbe pudesse “progredir” materialmente. “Não por acaso, o discurso e as iniciativas do poder público estariam orientadas para construção da moderna sede do Estado” (LOPES, 2008: 29). Nesta perspectiva se consolidava a legitimação por parte das autoridades públicas para a efetivação de intervenções urbanísticas no centro antigo da cidade.

A operação para corrigir os “defeitos” das edificações existentes era nomeada de remodelação, e o seu objetivo era adaptar estes prédios a novas condições de uso e higiene, conferindo-lhes salubridade. Por outro lado, para adaptar os espaços públicos e ruas às novas tecnologias de transporte (automóveis), serviços (iluminação, esgotos, etc.) e de construção (concreto) que surgem no início do século XX, recorre-se às operações nomeadas de melhoramentos urbanos (LOPES, 2004: 45).

Estas intervenções começaram a provocar mudanças no centro antigo, tanto no seu traçado como em sua paisagem arquitetônica, com o poder público lançando-se a uma obra de remodelação e reforma urbanística da velha cidade.

A partir de 1936 a administração municipal deu ênfase às práticas higienistas voltadas para as condições de salubridade das unidades habitacionais, através do Serviço de Salubridade das Habitações, que teve como alvos preferenciais os cortiços da cidade, casarões que foram transformados em habitações multifamiliares para locação. Outra prática higienista adotada regularmente era a demolição de ruínas, consideradas focos de proliferação de doenças. Foi o caso do chamado “palácio dos holandeses”, casarão onde se acreditava que os invasores holandeses alojaram-se no período de sua dominação, no século XVII. Demoliu-se o palácio dos holandeses, liberando o local

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

7

onde seria construído o prédio do Hotel Central, edifício de linhas Art Déco que seria cedido a Associação Comercial do Maranhão (LOPES, 2008: 30).

O Palácio dos Holandeses é um exemplo do poder destrutivo das intervenções urbanísticas na cidade, que se traduziram na perda de construções centenárias. “O Palácio dos Holandeses foi interditado em função de seu estado de ruína e nesse mesmo período foi demolido para as mesmas melhorias urbanas” (IPHAN, 2007: 60).



Palácio dos Holandeses

Neste contexto de intervenções urbanísticas, ocorreram outras perdas irreparáveis como a da Igreja da Imaculada Conceição dos Mulatos⁵, demolida em virtude de se alargar a rua onde a igreja se encontrava. “A demolição da igreja deveu-se aos constantes acidentes com pessoas que utilizavam o serviço de bondes elétricos, que passavam muito próximos à igreja, em determinado trecho do trajeto” (LOPES, 2008: 31). Ainda sobre a demolição da igreja MORAES, (1995: 74-75) traz mais informações.

Sua destruição, ocorrida em 1939, por motivos urbanísticos, há muito estava prevista. Lê-se na Mensagem que o Presidente (em exercício) da Província, Dr. José da Silva Maia, apresentou à Assembléia Provincial em 18 de maio de 1870, o seguinte: A Matriz da Freguesia de Na. Quase. Da Conceição desta cidade está carecendo de prontos reparos para evitar a ruína eminente (sic) de que está ameaçada. Tendo porém o Engenheiro Administrador das Obras Públicas declarado depois de proceder ao necessário exame que lhe foi ordenado pelo meu Antecessor, que aqueles consertos não dão ao edificio a necessária estabilidade, e que há mais conveniências em demoli-lo para edificar outro melhores condições de elegância e duração e alinhando-se pela rua que o atual intercepta em um terço da largura, entendi ser mais conveniente submeter este negócio a vossa consideração para que a respeito designeis resolver.

As medidas pautadas no discurso sanitaria e de modernização da cidade foram responsáveis por substanciais alterações na paisagem arquitetônica diretamente por urbanísticas na do centro antigo.



⁵ Construída no século XVIII, a igreja foi demolida em 1939, causando um protesto com a veemência por parte da população.

de São Pantaleão, a Igreja foi demolida e a igreja comoveu a cidade, que foi reconstruída (MORAES, 1995: 75).

Demolição da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos

Em 1940 as obras de abertura da Avenida Magalhães de Almeida, o alargamento da Rua do Egito e a remodelação urbanística do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa, ensejou profunda modificação na área com a destruição de vários prédios antigos.

Neiva de Santana promove a abertura da Avenida Magalhães de Almeida no início da década de 40 que, segundo o interventor Paulo Ramos em relatório ao presidente Getúlio Vargas, referente ao exercício de 1940, seria “outro melhoramento de grande vulto e destinado a modificar por o completo a feição colonial de São Luiz” (RAMOS: 1941). De uma só vez dezenas de exemplares da arquitetura tradicional luso-brasileira foram demolidos, em uma obra que cortava todo o centro da cidade, praticamente ligando o Rio Anil ao Bacanga. Para tanto, além da abertura de uma avenida que cortasse na diagonal várias quadras existentes (Av. Magalhães de Almeida), fez-se o alargamento e alinhamento da Rua do Egito, ou Tarquínio Lopes. Na esteira da abertura da Avenida Magalhães de Almeida, em 1941, a prefeitura promove a reurbanização do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa, há algum tempo reclamada pelos formadores de opinião. Tal reforma, no entanto, tornou-se polêmica ao cortar as árvores existentes, sob as quais as pessoas reuniam-se para conversar, ou seja, onde “funcionava um poderoso mecanismo de censura social” (VIEIRA: 1971), que ameaçava a autoridade do Estado Novo. Esta seria a motivação – em versão extra-oficial – para a referida reforma (LOPES, 2008: 31).

10

As construções centenárias corriam enorme risco para a sua manutenção, pois a despeito de inúmeras demolições a população polemizava mais com o corte de árvores do que com a demolição dos casarões.

Na época, a mídia jornalística em sintonia com o discurso de modernização urbanística que justificava as intervenções feitas na cidade, estampava matérias contrárias à arquitetura colonial legada das centúrias passadas.

Quasi todas as Captaes brasileiras estão obedecendo à nova divisa lançada pelos urbanistas americanos: - Para o alto! E os arranha-céus aparecem nessas cidades, na sua 10^{est}erro10^a de “elephantentes cinzentos”, como foram alcunhados pelo vulgo (DIÁRIO DO NORTE. 26/04/1939. A cidade: 08).

Na mesma matéria, o jornal aponta a necessidade de que a cidade acompanhasse o desenvolvimento urbanístico que se verificava em outras urbes.

Hoje S. Luis, em vez de construir para o alto, contraria o lemma do urbanismo actual: constróe uns casinhotos marca jaboty, ou seja, bangalô agachado... Contentemo-nos com imaginar o largo do Carmo, no ano 2.000, cercado de arranha-céus. Até lá, provavelmente, a cidade se lembrará de que precisa acompanhar a marcha do progresso, caso não queira continuar enkystada nos seus aspectos coloniais (DIÁRIO DO NORTE. 26/04/1939. A cidade: 08).

O arranha-céu, um símbolo da nova arquitetura urbanística do estilo de vida americano, era então, o modelo a ser adotado em São Luís, de acordo com o veiculado em um periódico local. Essa visão de “progresso” estava ligada a influencia norte-americana e seu estilo de vida que era exportado através da mídia e dos filmes que retratavam as novidades da construção civil e das invenções tecnológicas.

Em fins da década de 30 e início dos anos 40 encontramos reflexos de uma nova forma de pensar a cidade em artigos de jornais e no próprio modo de vida local. Os ludovicenses acostumavam-se a freqüentar as matinês ou vesperais dos elegantes cinemas e a ler as últimas notícias de Hollywood, impressas semanalmente na página “Novidades Cinematográficas”, do Diário do Norte, convivendo com uma arquitetura inovadora para os padrões locais (o Art Dèco) e com novas imagens e idéias sobre a cidade.

Com a aproximação do Brasil com os Estados Unidos até a adesão aos países aliados, na Segunda Grande Guerra, o ludovicense, que sempre esteve tão próximo e influenciado pela cultura européia, descobre os ídolos do cinema americano e seus automóveis, descobre também os urbanistas americanos com seus arranha-céus (LOPES, 2004: 50-51).

Essa vontade de que São Luís superasse o “atraso” perpassava por se desligar da arquitetura colonial, pois esta seria símbolo do passado e obstáculo para o “progresso” da cidade.

São Luiz, para aqueles que nela residem ou a visitam e conhecem outras capitais, nada mais representa que uma simples cidade tipicamente colonial. Com mais de três séculos de existência, em trabalhos árduos e contínuos, desde quando vivíamos sob o jugo de Portugal, até esta época de progressos de todas as espécies, nossa cidade em materias de arquitetura, permanece ainda, (e não sabemos até quando), no mesmo estado de atraso que caracteriza a arquitetura antiga (O GLOBO – SÃO LUÍS, 13/07/1948: 4).

Apesar das perdas verificadas no conjunto arquitetônico, é alvissareiro saber que o Largo do Carmo cercado por inúmeros arranha-céus, realmente ficou apenas na imaginação daqueles que acreditavam ser necessária a destruição da arquitetura colonial para o progresso material da cidade. Entretanto, diversas intervenções estavam sendo colocadas em prática acarretando graves perdas ao conjunto arquitetônico e urbanístico do centro antigo da cidade.

À medida que o processo de urbanização passa a prosperar, várias intervenções “modernizantes”, à moda dos anos 40 e 50, começam a ser feitas em São Luís, especialmente para dar espaço aos automóveis e outros veículos. Duas igrejas e alguns sobrados notáveis foram demolidos para dar espaço à abertura de avenidas e ruas mais largas, para a circulação de veículos, o que ocasionou perdas irreparáveis para o patrimônio cultural (ANDRÉS, 1998: 54).

Além da atuação dos gestores públicos e da mídia que pregava uma nova ordem urbanística da cidade, mesmo que a custa da destruição de imóveis centenários, havia o arruinamento devido à falta de manutenção dos proprietários. Todos estes fatores contribuíam para uma descaracterização do centro da cidade.

12

Assim, não só a ação do poder público criava embaraços à manutenção da arquitetura colonial, havia a ação de particulares, em especial, de empresários que modificavam prédios coloniais para se adaptarem como estabelecimentos comerciais ou de serviços.

Associada a essa expansão urbana intensificou-se o processo de descaracterização da arquitetura do centro histórico, onde a estrutura interna de vários prédios sofreu alterações para facilitar o funcionamento de lojas, que se instalavam na parte inferior de antigas residências, descaracterizando as fachadas. Além disso, um processo de crescimento vertical trouxe maior descaracterização ao patrimônio da cidade (IPHAN, 2007: 60).

A expansão da cidade para outros eixos, utilização de diversos imóveis coloniais como moradia por pessoas de baixa renda e a destinação de uma zona no bairro da Praia Grande e Desterro para a fixação do meretrício, contribuíram para saída gradativa dos moradores mais abastados do centro antigo.

Com a abertura da Avenida Getúlio Vargas e a transferência para seus arredores de uma parcela da população de alta renda antes instalada na Praia Grande, intensifica-se o processo de desvalorização da área central da cidade, com o aumento do número de cortiços, ocupados pela população pobre, trabalhadores assalariados, servidores públicos ou desempregados. Durante o Estado Novo, uma parte da Praia Grande e do bairro do Desterro foi destinada pelo governo à concentração do meretrício, em uma zona de prostituição legalizada, o que incentivou o afastamento das famílias que ali residiam e a desvalorização dos sobrados, gradualmente transformados de boates e bares em cortiços ou pensões para pessoas de baixa renda chegadas do interior maranhense e de outros estados (LOPES, 2008: 32-33).

A mudança socioeconômica dos moradores do centro antigo da cidade que se intensifica a partir da década de 1940, é um reflexo da mudança de valor conferido as construções coloniais. Os casarões que outrora eram considerados símbolo de ostentação pelo segmento mais favorecido economicamente, tem seu valor alterado com as mudanças mencionadas anteriormente, deixando de ser um espaço atrativo para as famílias mais abastadas da cidade.

Foi esta mudança nos eixos de expansão da cidade que, em parte, deu início ao processo de desvalorização da área central, que foi sendo ocupada pela população de renda mais baixa, dando origem à formação dos atuais cortiços no Centro Histórico, demonstrando que a utilização de materiais e técnicas construtivas, as diferentes formas de ocupação, uso e intervenção nos imóveis ao longo do tempo são reflexos diretos do momento sócio-econômico vivido pela cidade (ESPÍRITO SANTO, 2006: 78).

No início do esvaziamento do centro, o bairro da Praia Grande foi o mais afetado pela mudança. Antes considerado o local mais nobre da cidade com seus grandes casarões que abrigavam grande parte do segmento social mais abastado da cidade, o bairro passou por um esvaziamento de seu uso enquanto local residencial.

[...] a esse tempo nenhuma família continuava residindo nos sobradões da Rua do Trapiche, que apenas serviam de sede a armazéns, lojas e escritórios, e que muitas, e das melhores, já moravam naquelas ruas da cidade alta, inclusive na distante Rua dos Remédios [...] (MEIRELLES, 1980: 50).

O que se pode afirmar é que o esvaziamento do centro antigo da cidade não ocorreu de forma homogênea, havia dentro do centro bairros onde o fenômeno se processava de forma mais rápida a exemplo da Praia Grande. Entretanto, outros que mantiveram o uso residencial, como o Desterro. Outra questão que também deve ser mencionada é que o centro não foi abandonado por completo, serviços e outros moradores se instalaram em diversos prédios. Na realidade o que ocorre é uma saída de um segmento – pessoas com renda elevada – ocasionando uma redução da atuação do poder público.

3. Conclusão

A partir desta visão panorâmica sobre as transformações no tecido urbano do centro antigo de São Luís, em especial nas primeiras décadas do século XX, pode-se perceber como a trajetória para sua institucionalização com patrimônio foi complexa.

O discurso sanitarista do progresso e modernização em São Luís, atrelados às mudanças socioeconômicas que se processavam no centro antigo, foram responsáveis pela destruição e degradação de imóveis de arquitetura tradicional portuguesa. Seja pela intervenção do poder público, com as obras urbanísticas ou dos particulares que modificavam as fachada e interior dos prédios. O esvaziamento do segmento social mais abastado veio a se somar a estes fatores contribuindo para o abandono de diversos imóveis ocasionando a falta de manutenção dos mesmos que acabavam por se arruinar.

Apesar da situação analisada, o conjunto arquitetônico do centro antigo de São Luís começava a despertar a atenção do órgão nacional de proteção do patrimônio, que através de diversos tombamentos individuais e a partir de 1955 de conjuntos urbanos, iniciou a trajetória de institucionalização do conjunto urbano de arquitetura tradicional portuguesa como patrimônio histórico nacional. Desvanecia o Centro Antigo e germinava o Centro Histórico de São Luís.

Referências Bibliográficas

ANDRÈS, Luiz Felipe de Carvalho Castro. (Coord.). **Centro Histórico de São Luís-MA. Patrimônio mundial.** São Paulo: Audichomo, 1998.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia:** tradição e identidade em São Luís do Maranhão. 295 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

CANTANHEDE, Palmério de Carvalho. **Saneamento das cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão:** relatório apresentado ao Governo do Estado. São Luís: Typ. Frias, 1902.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “patrimônio da humanidade”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan/jun 2005.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão:** um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

IPHAN. **Cidades históricas; inventário e pesquisa: São Luís.** Distrito Federal: Editora do Senado Federal, 2007.

SILVA, João Ricardo Costa. *A Construção do Patrimônio:* a trajetória de preservação do Centro Histórico de São Luís. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

15

LOPES, José Antonio Viana. **Capital Moderna e Cidade Colonial**: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. (Org). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. Ed. Bilíngüe. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 2ª ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980. 430 p.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís do Maranhão**. 2 ed. São Luís: Legenda, 1995.

Periódicos

DIÁRIO DO NORTE, São Luís, 26 abr. 1939.

O GLOBO – SÃO LUÍS. São Luís, 13 jul. 1948.